

Jaime Peixoto da Silva  
Bruna Muniz da Silva  
Laís Santos Domingos  
Lucas Vidal Silva Moraes

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Grupo de Trabalho 01

[Imaginando Sociologias Antirracistas: branquitude e relações étnico-raciais no ensino básico]

Conservadorismos de gênero e raça e seus efeitos nos sujeitos da educação.

São Paulo

2025



## CONSERVADORISMOS DE GÊNERO E RAÇA E SEUS EFEITOS NOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

Jaime Peixoto da Silva<sup>1</sup>  
Bruna Muniz da Silva<sup>2</sup>  
Laís Santos Domingos<sup>3</sup>  
Lucas Vidal Silva Moraes<sup>4</sup>

### RESUMO

O rechaço às políticas voltadas para questões raciais e de gênero, intensificado nas últimas décadas, instaura o debate em torno das disputas entre vida e morte. De que modos são banalizados os chamados corpos dissidentes na educação? Este trabalho busca discutir como o fortalecimento dos conservadorismos tem disputado espaço nos campos sociais e políticos através da fomentação e implementação do racismo institucional e de ofensivas antigênero que tem em ideais e projetos reacionários sua força de atuação. As estratégias utilizadas por grupos conservadores para interditar a circulação das temáticas raciais e de gênero são o foco das reflexões presentes neste trabalho. Situando-se no campo dos estudos pós-críticos sobre gênero e sexualidade e nos estudos decoloniais sobre raça, este artigo destaca como as práticas e discursos conservadores têm produzido efeitos nos sujeitos da educação de modo a instaurar conflitos, mas, principalmente, resistências. Por meio de pesquisa bibliográfica e fazendo uso de elementos de inspiração etnográfica, como a entrevista narrativa, construiu-se um panorama acerca do tema em questão, destacando a organização estratégica dos grupos conservadores e como criam um cenário de medo, ódio e violência que adentram nossas escolas e se direcionam aos corpos negros e LGBTQIAP+.

**Palavras-chave:** Conservadorismos, Gênero, Raça, Educação, Resistências.

### INTRODUÇÃO

O rechaço às políticas voltadas para questões raciais e de gênero, observado nas duas últimas décadas, instaura o debate em torno das disputas entre vida e morte. De que modos são produzidas banalizações às vidas dissidentes na educação? E, principalmente, como, a partir disso, são engendrados modos de re(existência)?

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Professor de Sociologia da rede estadual de Belo Horizonte. Homem cisgênero, gay e Negro. Residente em Belo Horizonte. Email: [jaime.peixoto@educacao.mg.gov.br](mailto:jaime.peixoto@educacao.mg.gov.br);

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, Professora de Sociologia da rede estadual de Fortaleza. Mulher cisgênero, bissexual e Negra. Residente em Fortaleza. Email: [autm100@hotmail.com](mailto:autm100@hotmail.com);

<sup>3</sup> Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, Professora de Educação Infantil na rede Municipal de Fortaleza. Mulher cisgênero, bissexual e Branca. Residente em Fortaleza. Email: [laissd89@email.com](mailto:laissd89@email.com);

<sup>4</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; Gerente de Projetos da Casa Civil do Estado do Ceará. Homem cisgênero, gay e Negro. Residente em Fortaleza. Email: [lucasvidalmoraes@gmail.com](mailto:lucasvidalmoraes@gmail.com)



A experiência com a educação básica nos permite observar que os enquadramentos não cessaram. Também não cessaram as resistências. Alunos e alunas diariamente ainda empreendem movimentos de rebelião, de escape aos sufocamentos de uma estrutura, de um currículo, de uma pedagogia que não lhes compreende, não os enxerga como sujeitos autorizados a, mas sim, como potenciais problemas à dinâmica escolar. Como resistem a tais práticas e raciocínios conservadores na educação? Consideramos tal questionamento importante pois diz dos modos que os conservadorismos tem reverberado nos sujeitos da educação, sobretudo, nos sujeitos LGBTQIAP+ e negros/as.

Situando-nos no campo dos estudos pós-críticos sobre gênero e sexualidade e nos estudos decoloniais sobre raça, este artigo busca destacar como as práticas e discursos conservadores têm produzido efeitos nos sujeitos da educação de modo a instaurar conflitos e disputas, mas, sobretudo, resistências e enfrentamentos. Por meio de pesquisa bibliográfica e fazendo uso de elementos que possuem inspiração etnográfica, como a entrevista narrativa, construiu-se aqui um panorama acerca do tema em questão, destacando a organização estratégica dos grupos conservadores, como criam cenários de medo, ódio e violências que adentram nossas escolas e se direcionam, principalmente, aos corpos negros e LGBTQIAP+.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Foi realizado um levantamento do que foi produzido nas últimas duas décadas sobre conservadorismos de raça e de gênero e seus efeitos na educação. Foram utilizadas ferramentas de pesquisas como revistas científicas, sites científicos e bancos de teses e dissertações de Universidades brasileiras.

Ao buscarmos analisar os discursos, precisamos nos distanciar de explicações unívocas, das interpretações fáceis ou da busca por um sentido último. Isso significa que não há um sentido oculto aguardando ser revelado ou uma verdade a ser descoberta; o que há são enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas concretas que estão vivas nos discursos. Trata-se, assim, de analisar porque algo é dito, daquela forma, em determinado tempo e contexto, interrogando sobre as condições de existência do discurso, “colocando em movimento as condições sociais, culturais, políticas e as relações de poder que marcam as circunstâncias do diálogo estabelecido” (ANDRADE, 2014, p. 183).



## DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

Se o conservadorismo político clássico centrava-se nas resistências às mudanças tensionadas pela sociedade moderna e na defesa dos pilares da sociedade tradicional, a saber, família, religião (resgate da fé cristã) e nação, conservadorismo que hoje opera, também nomeado de neoconservadorismo, embora não tenha se distanciado desses propósitos desenvolveu grande interesse nas questões de gênero, questões raciais, questões sexuais e reprodutivas.

Segundo Marlucy Paraíso (2016) esses grupos não são somente conservadores, mas, principalmente, reacionários, uma vez que reagem, se mobilizam contra os ganhos conquistados pelos movimentos sociais, sobretudo os movimentos feministas e o Movimento LGBTQIAP+. Para a autora, chamá-los apenas de conservadores parece não ser suficiente uma vez que evidencia uma conotação restrita da atuação política desses grupos.

O termo “ofensivas antigênero” refere-se às ações empreendidas por grupos específicos da sociedade brasileira (compostos principalmente – mas, não somente, por religiosos cristãos) defensores de preceitos morais ultra tradicionalistas, reacionários e conservadores que objetivam por meio de uma série de estratégias políticas e midiáticas impedir, barrar e anular os avanços e as conquistas alcançadas nos últimos anos advindas das demandas dos movimentos sociais (PARAÍSO, 2016).

Instaura-se, assim, uma forte contraofensiva ao reconhecimento dos direitos étnico-raciais e sexuais como direitos humanos e à inclusão da perspectiva de equidade de gênero nas políticas públicas, incluindo as educacionais. Uma das estratégias criadas e que tem tido efeitos no debate público do tema gênero e sexualidade foi a elaboração e propagação do sintagma ou como Paraíso (2016) tem chamado “slogan” “ideologia de gênero”. Foi a partir da difusão deste slogan, que se construiu com maior força e alcance a ideia do gênero como algo perigoso. Criou-se, então, na sociedade, uma espécie de “pânico moral” (MISKOLCI, 2017). Além disso, a naturalização do racismo promovida pelas “máquinas de fazer desperceber conflitos e desigualdades estruturantes” (MOMBAÇA, 2016, p.4), perpetua narrativas fundadas em estereótipos e que operam promovendo o aniquilamento dos corpos negros.

É com essa tônica de desconfiança que esse debate foi acionado na sociedade brasileira, principalmente, no campo educacional. A instituição escolar é trazida à tona como espaço de disputas. Seja na relação com os documentos oficiais norteadores dos sistemas de



ensino ou mesmo nos conteúdos e práticas direcionados ao espaço escolar, o fato é que a escola foi eleita como um dos principais alvos dessa investida antigênero e racista.

As diferentes formas de incidência dos discursos antigênero e racistas e os variados modos como estas reverberam esses discursos, criam cenários que, por vezes, intensificam a precarização das vidas LGBTQIA+ e negras, demandando um complexo arsenal de estratégias que as ajudem a sobreviver de formas seguras, fazendo da escola um lugar mais habitável. Os tencionamentos produzidos pela dissidência nos jogos de poder que permeiam as instituições criam episódios que desempenham papel importante nos processos de invenção de “estratégias que afirmam a vida” (PARAÍSO, 2018, p.7).

É nos entremeios das vivências cotidianas, em contextos sociais e políticos de conservadorismos que buscam reiterar os padrões da branquitude cisheteronormativa, que “os corpos marcados pela abjeção” (BUTLER, 2001) transitam, se fazem presentes e desestabilizam a norma neoconservadora. Neste ínterim, a busca por uma existência que goze de inteligibilidade e visibilidade é trabalho que não cessa e que se reconfigura constantemente mediante as diferentes formas de tencionamentos empreendidas no interior das relações nas diferentes instituições.

Ao se trabalhar com a relação entre currículo, raça, gênero e sexualidade é preciso ter em mente que para muitas vidas o currículo acaba se tornando um facilitador de suas existências, enquanto que para outras, ele produz apagamentos e hostilidades. E como diz Marlucy Alves Paraíso (2020, p.37) “a hostilidade é o raciocínio que produz o negativo no currículo, a hostilidade exclui, divide, afasta, aparta, separa, julga”.

A escola, conforme nos mostra Junqueira (2015), se estrutura pautada em valores que reforçam a produção e a disseminação das normas de raça, gênero e sexualidade e agem com a finalidade de impor e perpetuar a matriz cisheteronormativa branca que, por sua vez, opera com a lógica binária que, para aqueles/as que a desafiam, representa, muitas vezes, frustrações, vontades reprimidas e constrangimentos.

Mais ainda, a escola pratica o que Guacira Lopes Louro (1999) chamou de “Pedagogia da sexualidade e do gênero” que se apresenta não só nos conteúdos selecionados no currículo, mas, também, nas situações do dia a dia da escola, nas relações entre os/as diferentes sujeitos que a compõem (direção, funcionários, professores/as, estudantes), deixando marcas nos modos como compreendem e vivenciam seu gênero e sua sexualidade, e, nos modos como lidam com as dissidências.

Ocupando um lugar tão estratégico na dinâmica da sociedade não nos admira que, tal como a família, a escola também seja território disputado. Neste ínterim, o currículo surge



como artefato cultural sobre o qual incidem tais disputas, inclusive, no que diz respeito à defesa de uma determinada moralidade na sociedade. Nos últimos anos, sobretudo, no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2018, pudemos observar a colocação da educação (e mais especificamente, do currículo) no centro do que se tornou uma grande polêmica social.

Segundo Paraíso (2028, p.23, 24), tais grupos conservadores “buscam mais normalização no espaço escolar e para isso utilizam de estratégias para barrar os avanços” dos estudos e políticas sobre gêneros e sexualidades não normativas. Mais ainda, “buscam inundar o cotidiano escolar com moralismos, divisões naturalizadas, identidades fixas, generificações hierárquicas, silêncios interessados, ódios destruidores, omissões desastrosas, retrocessos inaceitáveis” (IDEM, p.25). Através das políticas curriculares se espera que a escola garanta a reprodução do sistema da branquitude cisheteronormativa, promova a naturalização das identidades, intensificando vulnerabilidades.

Para os grupos conservadores, o currículo escolar deve estar comprometido exclusivamente com a reafirmação dos valores tradicionais, das hierarquias sexuais, do controle exclusivo dos pais sobre a formação moral e sexual dos/as filhos/as, da restrição do acesso a informações sobre saúde sexual, além de reiterar práticas e crenças que produzem exclusão na sociedade.

Os tencionamentos vindos de fora da escola por meio dos discursos conservadores e os que são produzidos em seu interior advindos da existência de corpos dissidentes no cotidiano escolar produzem uma rotina de ambiguidade no currículo: acolhida e hostilidade, alegrias e tristezas, repressão e resistência, situações que precisam ser constantemente negociadas para escapar e evitar a violência iminente.

A realidade é que a pressão conservadora sobre a escola não mudou o fato de que vidas LGBTQIAP+ diariamente transitam no espaço escolar, afirmando a diferença e desafiando a cisheteronorma. Assim sendo, a escola acaba se mostrando oscilante ao enfrentar a realidade da diferença existente na escola.

O racismo estrutural faz-se presente no espaço escolar e quando articulado com práticas lgbtqfóbicas compõe um cenário árido para as dissidências. O corpo negro tem sido historicamente deslegitimado pelos padrões branco eurocêntricos, subjetivado num esquema de inteligibilidade que o subalterniza e o animaliza.

No espaço escolar e na sociedade como um todo, o corpo que encarna esses marcadores gera incompreensão. Para ser mais bem “aceito” “espera-se que o homossexual negro adote comportamentos viris e que não desmunheque”, comenta Megg Rayara (2020, p.



21). Acontece, conforme nos mostra Berenice Bento (2011) que as experiências de trânsitos envolvendo gênero e raça demonstram que não somos predestinados/as a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas, nem seguir os estereótipos fixados na sociedade. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo conservador de produção do gênero e da raça e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas estabelecidas, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas.

A escola, assim, parece, em alguns momentos, não inspirar confiança. Ao se calar diante da violência, a escola a reitera e atua de maneira conivente com a lógica que segrega, exclui e produz apagamentos. A escola apareceu nas narrativas dos/as participantes da pesquisa que subsidiou este artigo, como um espaço onde se pode vivenciar o céu e o inferno, por assim dizer. É em meio a essas práticas e raciocínios ambíguos em torno das diferenças que os corpos LGBTQIAP+ e negros precisam abrir no currículo espaços para hospedar as diferenças, ao inventarem escapes às normalizações impostas. Segundo Marlucy Alves Paraíso (2020, p.43) é possível “tomar de volta a coragem de mudar o currículo e o mundo. Podemos inverter o signo do negativo, fazer proliferar as forças que transgridem”.

As pressões políticas sobre o silenciamento dos temas raça, gênero e sexualidade nas escolas enfrentam resistências que se desdobram em movimentos éticos e políticos. O currículo, assim, longe de ser um artefato cultural estanque, é constantemente implicado pelas experiências e (r)existências dos sujeitos que o compõem. Falar das possibilidades de um currículo para com raça, gênero e sexualidade é apontar para a criação de pontos de fuga e resignificação.

A necessidade de elaborar modos estratégicos de existir no mundo não é algo aleatório. Diante da existência de mecanismos na sociedade que funcionam para assegurar a não permanência de determinados corpos na cena pública como, por exemplo, o racismo e a Lgbtqfobia, é condição primordial que pensemos em formas de resguardar nossa existência.

A realidade é que a pressão conservadora sobre a escola não mudou o fato de que vidas LGBTQIAP+ e negras diariamente transitam no espaço escolar, afirmando a diferença e desafiando a cisheteronorma. Assim sendo, a escola acaba se mostrando oscilante ao enfrentar a realidade da diferença existente na escola. O racismo estrutural faz-se presente no espaço escolar e quando articulado com práticas lgbtqfóbicas compõe um cenário árido para as dissidências. O corpo negro tem sido historicamente deslegitimado pelos padrões branco eurocêntricos, subjetivado num esquema de inteligibilidade que o subalterniza e o animaliza.



O que está em jogo é a possibilidade de reconfigurar a gramática do reconhecimento. Algumas vidas estão fora da própria operacionalidade desses quadros. Existem esquemas de inteligibilidade, referentes à apreensão sensível de certas vidas, que condicionam e produzem as regras que instauram as condições para ser e não ser reconhecido. A crítica a tais falhas estratégicas nos quadros de reconhecimento atreladas ao forte desejo reivindicatório produz uma “insatisfação que serve como ponto crítico de partida para o questionamento das normas” de aparição e dos regimes de verdade (BUTLER, 2017a, p. 37). Entretanto, não significa apenas dizer eu protesto, mas “fazer dessa atitude um ato político tão consistente quanto possível, para que aqueles que governam sejam obrigados a levá-los em conta” (FOUCAULT, 2010, DE IV, p. 222), “tencionando a reconfiguração das regras que regem a esfera das visibilidades no espaço público” (BUTLER, 2018).

É nos entremeios das vivências cotidianas, em contextos sociais e políticos de neoconservadorismo que buscam reiterar os padrões da branquitude cisheteronormativa, que “os corpos marcados pela abjeção” (BUTLER, 2001) transitam, se fazem presentes e desestabilizam a norma neoconservadora. Neste ínterim, a busca por uma existência que goze de inteligibilidade e visibilidade é trabalho que não cessa e que se reconfigura constantemente mediante as diferentes formas de tencionamentos empreendidas no interior das relações nas diferentes instituições.

Para fazer frente a “Pedagogia do Gênero e da Sexualidade” (LOURO, 2008) faz-se preciso empreender e praticar o que Thiffany Odara (2020) chama de “Pedagogia da desobediência”. De acordo com a autora tal pedagogia compreende as possibilidades de enfrentamento e intervenção no modelo colonial de educação, possibilitando rupturas com modelos educacionais arcaicos (p.93). Mais ainda, a “Pedagogia da Desobediência” é um processo insurgente que travestiliza os espaços educacionais confrontando o processo de exclusão, se caracterizando através das lutas e resistências dos corpos trans e travestis por uma educação libertadora e emancipatória (p.96).

Esta pedagogia “carrega em seu bojo elementos elaborados a partir da insubmissão a uma ordem cisheterogenerificada” (p.93). O foco, assim, está na capacidade de repensar o mundo e questioná-lo, promovendo a investigação dos processos que instituíram determinadas visões de mundo em detrimentos de outras, privilegiando alguns sujeitos e excluindo outros/as. Segundo Thiffany Odara, a intenção da pedagogia da desobediência é ser uma prática cotidiana que “confronta toda marginalização de corpos dissidentes nos espaços educacionais” (p.94).



A noção de corpo insustentável trazida por Lucas Dantas chama atenção para os processos de precarização da vida e de exposição à violência e a morte promovidos pelo neoconservadorismo como maquinaria do poder e que como efeito geram medo e insegurança sobre se nosso “corpo físico será ou não assolado pelas violências Lgbtqfóbicas, racistas ou por violências outras motivadas por algum ódio pertencente a este mundo” (DANTAS, 2019, p. 207). Para Dantas (2019), a produção de corpos insustentáveis visa à exclusão das dissidências, daqueles/as que não correspondem à norma instituída. “Um corpo que pende, que tenciona, que a qualquer momento pode sumir” (p.211, 112).

Tais corpos comenta Lucas Dantas (2019) por não serem padrão e nem referência de nada, são perseguidos, avistados e apontados em todas as instâncias da vida, carregam a ancestralidade dos corpos marginais, servem de referência do que não se pode fazer, do que não se pode ser, do que não se pode permitir ser (DANTAS, 2019, p. 206). Para o autor (2019) tais corpos são insustentáveis porque divergem do homem branco, hétero, cisgênero, não sendo, assim, universal e um corpo assim não pode ser referência para nada. É insustentável porque tenciona a troca dos referenciais, quer outro currículo, outra formação (...) quer repensar os moldes, as barreiras, os muros, as paredes, quer criar outra coisa, que rompa com a continuidade desse projeto de fracasso e radicalize em outros planos libertários de mundo (p. 207). Para garantir a existência e a integridade das vidas em dissidência de sexualidade, gênero e raça é preciso reconfigurar o modus operandi e empreender na criação de espaços de resistências.

A ausência de paz e segurança para os corpos que carregam a dissidência, a culpabilização das vítimas e a minimização de discursos e práticas racistas e lgbtqfóbicas, constroem um cenário, muitas vezes, insuportável para os sujeitos dissidentes. A vigilância do corpo e do gênero dos/as estudantes, mesclada com a crença em uma masculinidade que intoxica, geram conflitos no cotidiano escolar que dizem dos modos como esses corpos são vistos como ininteligíveis em um espaço que preza pela normatização. Essas existências podem se tornar insuportáveis à medida que se afastam da cisheteronormatividade e da branquitude, que medicaliza e criminaliza subjetividades que não se enquadram nessas normas.



## CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de fortalecimento dos conservadorismos na educação, que se apresentaram de forma ainda mais contundente na última década, fomentando ideais e projetos reacionários que promovem e intensificam desigualdades, racismos e violências, pesquisar os discursos e práticas conservadoras configurou-se em uma decisão ética e política nesta pesquisa.

Para as vidas LGBTQIAP+ e negras este é um debate ainda mais fundamental. As diferentes formas de incidência dos discursos antigênero e racistas na sociedade criam cenários que, por vezes, intensificam a precarização de tais corpos fazendo desta sociedade e, do campo educacional, um lugar difícil de ser habitado. Sob o pano de fundo da ofensiva conservadora o que está em jogo são as disputas pelas formas possíveis que podemos assumir e a negociação das regras que dão inteligibilidade à nossa vida.

Nós, professores/as, pesquisadores/as que trabalhamos com o tema gênero, sexualidades e raça, receamos por nossas pesquisas, que sejam inviabilizadas, recusadas, perseguidas. Tememos por nosso campo de estudos, por nossa liberdade de ensinar e pela interrupção dos conhecimentos produzidos por nós. Mais sério ainda, tememos por nossa integridade física, por nossa integridade jurídica e por nossas vidas. Diante da “cultura do ódio” existente no Brasil, a assunção de movimentos de resistência é imprescindível. Inventar cotidianamente maneiras de afirmar a vida e as diferenças configura-se em um desafio ético de vida. Para garantir a existência e a integridade das vidas em dissidência de sexualidade, gênero e raça é preciso reconfigurar o modus operandi e empreender na criação de espaços de resistência que afirmam a diferença.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336 maio-agosto/2011.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, pp.151-172, 2001.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.
- DANTAS, Lucas. Um corpo insustentável. A disputa dissidente pela permanência em sociedade. **Revista da REBEH**. Vol. 02, N. 04, Out. - Dez., 2019.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos IV. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, pp.151-172, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.
- MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- MISKOLCI, Richard & CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 32, nº 3. 2017.
- MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. **Revista ISSUU**, p. 1-20, 2016.
- ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: Travestilizando a educação**. 1º ed. – Salvador- BA. Editora Devires, 2020.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, sexualidade e heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. IN: RIBEIRO, Paula. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. – Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e cultura: “Gabriel e eu” ou o amor é o signo que faz a diferença! IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Patrícia. **Pesquisas sobre currículos e culturas: tensões, movimentos e criações**. 1ª ed.- Curitiba: Brazil Publishing, 2020.